

PODER

Parecer da PEC que muda sistema de votação quase é tirado da pauta, e relator desempata para ir em frente. Situação reflete a defesa dos partidos pela manutenção do sistema

Com dificuldade, voto impresso segue adiante

» ISRAEL MEDEIROS

Uma das principais bandeiras do presidente Jair Bolsonaro, o voto impresso avança com dificuldade na Câmara dos Deputados. Estava marcada para ontem a votação do parecer do relator Filipe Barros (PSL-PR) da PEC 135/2020 na Comissão Especial que analisa o tema, mas, por falta de apoio, os integrantes do colegiado entraram em acordo, na semana passada, para adiar a votação para a próxima quinta-feira. Daí decidiu-se que a sessão serviria apenas para o início da discussão do mérito do texto.

O deputado Hildo Rocha (MDB-MA) apresentou um requerimento para retirar o projeto da pauta, defendendo que o tema merecia aprofundamento e mais tempo para discussão. Porém a votação do requerimento deu 15 a 15, disputa desempata por Filipe Barros, que defendeu a discussão do projeto.

O placar apertado é o resultado de um movimento recente das lideranças dos principais partidos do Congresso. Em 27 de junho, presidentes de 11 siglas — incluindo aliados do governo, como Progressistas, PL, Republicanos e PSL — fecharam posição contra o voto impresso e a favor do atual sistema de votação, após conversas com o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Luís Roberto Barroso.

Na comissão, deputados de oposição criticaram a tentativa de alterar as regras eleitorais para as próximas eleições. “Não podemos discutir alterações constitucionais nas regras eleitorais sob o governo Bolsonaro, porque é um perigo. Não é momento de alterar nada. É momento de seguir a cartilha. Segue-se o manual. Esta-

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Barros teve de votar para desempatar a decisão sobre seu relatório, que vai à votação na próxima quinta-feira

mos sob ataque, estamos em crise, há um ataque à democracia neste exato momento”, disse Israel Batista (PV-DF).

Ele acrescentou que há “segundas intenções muito claras” por parte de Bolsonaro, que já disse que não passará a faixa presidencial se perder as eleições caso o voto impresso não esteja valendo. “Esse presidente coloca uma faca no pescoço da democracia”, completou.

Sem provas

Durante a discussão na comissão, a deputada bolsonarista Bia Kicis (PSL-DF), autora da

PEC do voto impresso, criticou o sistema atual de votação e omitiu informações ao comentar sobre os Testes Públicos de Segurança (TPS) realizados pelo TSE. Ela afirmou que sistema “já foi quebrado diversas vezes” por técnicos e professores universitários — mas não provou quando isso aconteceu. Desde que o TPS começou a ser realizado, em 2009, pequenas falhas encontradas pelos especialistas nunca foram capazes de comprometer o sistema ou alterar o voto. Todas foram corrigidas.

Os testes são feitos sempre no ano anterior à eleição e contam com a presença de diversos ór-

gãos públicos, como a Polícia Federal. Investigadores autônomos também podem se inscrever para participar. Nessas provas, os técnicos têm acesso facilitado aos equipamentos de votação, podendo analisá-los fisicamente — as urnas eletrônicas não possuem qualquer conexão à internet, sendo impossível acessá-las remotamente. Ao contrário do que diz Bolsonaro, que afirma que tem provas de fraude nas eleições que venceu em 2018 — mas nunca apresentou —, Bia Kicis reconheceu, durante a sessão, que não há fraude comprovada, embora tenha insistido que o sistema é inseguro.

CMO já tem presidente e relatores

» ROSANA HESSEL

Apesar do atraso na instalação da Comissão Mista de Orçamento (CMO), os nomes da mesa, pelo menos, estão sendo definidos, de acordo com a liderança do governo no Congresso. A presidente será a senadora Rose de Freitas (MDB-ES). O relator da LDO de 2022 será o deputado Juscelino Filho (DEM-MA). Já a relatoria principal da Lei Orçamentária Anual (LOA) ficará com o deputado Hugo Leal (PSD-RJ), de acordo com interlocutores do senador Eduardo Campos (MDB-TO).

Ainda não há data, porém, para a instalação da comissão, devido à falta de mobilização das bancadas e de acordo para os nomes da mesa, propostos pela liderança do governo. Enquanto a popularidade do presidente Jair Bolsonaro derrete nas pesquisas de opinião em meio às investigações da CPI da Covid, os líderes do Centrão, principalmente, não estão mobilizados para montar a CMO antes do recesso parlamentar, previsto para começar em 18 de julho.

Na semana passada, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), disse que pretendia instalar a CMO antes do recesso. Contudo, fontes do Legislativo contam que há uma resistência dos partidos do Centrão para um acordo nesse sentido.

No MDB, que tem a maior bancada no Senado, com 15 parlamentares, os titulares da CMO estão definidos. Além de Rose de Freitas, a senadora Simone Tebet (MS) será titular, ambas definidas pelo líder da legenda no Senado, Eduardo Braga (AM), que ficará como suplente, com Eduardo Gomes (TO).

A praxe é que a presidência da CMO e as relatorias do Orçamento e da LDO têm um rodízio entre a Câmara e o Senado a cada ano. A presidência da mesa costuma



O relator da LDO de 2022 será o deputado Juscelino Filho (DEM-MA)

É provável que decretem um recesso branco, como em outros anos. Não será a primeira vez que a LDO não será aprovada na primeira metade do ano. E não deverá ser a última”

Gil Castello Branco, secretário-geral da Organização Contas Abertas

ser da maior bancada nesse acordo de alternância. No ano passado, entretanto, como não houve acordo entre os partidos do Centrão, a instalação demorou, só ocorrendo neste ano.

Recesso branco

O Congresso precisa votar a LDO antes do recesso, como previsto na Constituição. No entanto, o histórico de estouro de prazos nas votações da LDO e do Orçamento está ficando recorrente. Em

2020, a LDO de 2021 só foi aprovada no fim do ano e em plenário, porque a CMO só foi instalada em fevereiro, com a peça orçamentária sendo aprovada em março.

“É provável que decretem um recesso branco, como em outros anos. Não será a primeira vez que a LDO não será aprovada na primeira metade do ano. E não deverá ser a última”, destacou Gil Castello Branco, secretário-geral da Organização Contas Abertas. “O cenário político é de muita incerteza, e o governo está enfra-

quecido. Os parâmetros estão mudando, e eles vão ter de ser atualizados. Por conta disso, não devem ter muita pressa.”

Na avaliação dele, o Executivo ainda vai ter dificuldade em avançar com as reformas administrativas e tributárias nesse ambiente político mais tenso. “O governo está empenhado na reeleição e tudo o que é polêmico. Realmente, podemos esquecer neste ano”, frisou. Ele citou como exemplo a reforma do Imposto de Renda, que vem recebendo críticas fortes por não simplificar o sistema tributário e ainda aumentar a carga tributária, pelos cálculos de especialistas. “Uma simplificação de tributos seria aprovada com mais facilidade. Mas, quando vemos uma proposta que tem princípios arrecadatórios em vez de simplificar, dificilmente receberá apoio”, afirmou Castello Branco.

Emendas

A equipe econômica tenta negociar uma alteração na LDO para evitar um volume excessivo de emendas do relator, como ocorreu no Orçamento de 2021, conforme mostrou o *Blog da Denise*. De acordo com especialistas, esse tipo de emenda era residual, mas, na peça orçamentária deste ano, o senador Marcio Bittar (MDB-AC) até bloqueou despesa obrigatória para incluir R\$ 26,5 bilhões de emendas próprias na primeira versão do relatório, que precisou ser modificado e, depois, acabou sofrendo vetos do Palácio do Planalto.

“Espero que mudem a sistemática atual. As emendas de relator estão ocupando, hoje, uma parcela desproporcional do Orçamento. Antes, elas eram residuais, contempladas dentro de parâmetros excepcionais”, destacou Leonardo Cezar Ribeiro, consultor de Economia do Senado.



Nas entrelinhas

por Luiz Carlos Azedo

luizazedo.df@dabr.com.br



Entre a “rachadinha” e o impeachment

O presidente Jair Bolsonaro tenta criar uma agenda positiva — por exemplo, ontem, prorrogou o auxílio emergencial por medida provisória por mais três meses —, mas não consegue se livrar das notícias negativas de grande repercussão. A nova bomba foram os áudios atribuídos à ex-cunhada Andrea Siqueira Valle, divulgados pelo site UOL, nos quais ela afirma que o presidente da República manteve um esquema de “rachadinha” em seu gabinete quando era deputado federal, isto é, a prática ilegal de confisco de parte dos salários dos assessores parlamentares.

Na gravação, a ex-cunhada diz que seu irmão André Siqueira Valle foi demitido do cargo de assessor parlamentar porque se recusou a repassar o valor definido por Bolsonaro: “O André deu muito problema, porque ele nunca devolveu o dinheiro certo que tinha que ser devolvido, entendeu? Tinha que devolver R\$ 6 mil, ele devolveu R\$ 2 mil, R\$ 3 mil. Foi um tempão assim, até que o Jair pegou e falou: ‘Chega. Pode tirar ele, porque ele nunca me devolve o dinheiro certo’”, disse.

Bolsonaro não pode ser investigado por fatos ocorridos antes da eleição, porque a Constituição de 1988 protege o presidente da República quanto a isso, mas a denúncia é desmoralizante e repercute internacionalmente. Mesmo assim, o senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE) anunciou que requererá uma CPI no Senado para investigar as “rachadinhas” envolvendo o clã Bolsonaro. Suspeita-se de que haveria uma espécie de caixa dois único nos gabinetes parlamentares da família, supostamente formado com parte dos salários de seus assessores.

Até a gravação da ex-cunhada, a ponta do iceberg era o envolvimento do senador Flávio Bolsonaro (Patriota-RJ) no escândalo das “rachadinhas” da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Recentemente, a 5ª turma do Superior Tribunal de Justiça negou pedido da defesa do senador para anular a investigação. Seguindo voto do relator, ministro Felix Fisher, o colegiado considerou que os relatórios de inteligência financeira e as informações trocadas entre Coaf e MP foram legais. Uma CPI para investigar as rachadinhas pode compartilhar os dados bancários e fiscais obtidos pela Receita Federal por meio do Coaf e, assim, checar as informações contidas nos áudios da ex-cunhada do presidente da República.

“A maré negativa para Bolsonaro se reflete nas pesquisas de opinião: é reprovado por 62,5% da população, segundo Pesquisa CNT/MDA. Os que o aprovam são 33,8%”

Pesquisas

A maré negativa para Bolsonaro já se reflete nas pesquisas de opinião: o presidente da República é reprovado por 62,5% da população, segundo Pesquisa de Opinião CNT/MDA divulgada ontem. Os que aprovam o seu desempenho são 33,8%. Realizada de 1º a 3 de julho de 2021, com 2.002 entrevistas presenciais, em 137 municípios de 25 unidades da Federação, a pesquisa tem margem de erro de 2,2 pontos percentuais, com 95% de nível de confiança. São 10,8% os que consideraram “ótimo” o governo Bolsonaro; 16,9% como “bom”; 22,7%, “regular”. Para 11,9%, o governo é “ruim”; 36,3% o consideram “péssimo”; e 1,4%, não sabe ou não respondeu.

Na pesquisa espontânea de intenções de voto, Lula lidera com 27,8%; Bolsonaro, tem 21,6%. Ciro Gomes, 1,7%; Sergio Moro e João Doria, 0,7%. Votarão em branco ou nulo 7,1%. É grande o número de indecisos: 38,9%. Nas respostas estimuladas, Lula também lidera, com 41,3% das intenções de voto. Em seguida, vêm Jair Bolsonaro (26,6%), Ciro Gomes (5,9%), Sergio Moro (5,9%), João Doria (2,1%) e Henrique Mandetta (1,8%). São 8,6% os que pretendem votar em branco ou nulo, e 7,8% os que estão indecisos. Em um eventual 2º turno, Lula lidera com 52,6% das intenções de voto. Jair Bolsonaro tem 33%, enquanto 11,5% afirmam que votariam em branco ou nulo, e 2,6% não sabem ou não responderam.

Nesse cenário, circula a tese de que o Brasil deveria adotar o regime semipresidencialista para evitar o trauma do impeachment. Durante o Simpósio Interdisciplinar sobre o Sistema Político Brasileiro & XI Jornada de Pesquisa e Extensão da Câmara dos Deputados, o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Luís Roberto Barroso, disse ser favorável à implantação do modelo semipresidencialista de governo. Segundo ele, essa alternativa retiraria o presidente do “varejo político” e criaria “possibilidade de destituição não traumática do primeiro-ministro”, caso haja perda de apoio político. “O presidente continua com seu mandato. Essa é a inovação que eu acho que nós deveríamos implantar para 2026”, argumenta. A tese vem sendo defendida pelos ex-presidentes José Sarney e Michel Temer, para os quais é impossível governar sob ameaça permanente de impeachment.